PERGUNTAS E RESPOSTAS: SINSEPES TIRA DÚVIDAS SOBRE A FEDERALIZAÇÃO (PÁG 12) + ELEIÇÕES DO SINSEPES (PÁG 10) + GOVERNO FEDERAL QUER COMITÊ NAS NEGOCIAÇÕES (PÁG 7)

Expressão Universitária

Ano 3 Número 24 Setembro.2011

Uma publicação do Sindicato dos Servidores Públicos do Ensino Superior de Blumenau

www.sinsepes.org.br

FURB FEDERAL

Leo Laps

EM MOVIMENTO!

»Editorial

Comitê Pró-Federalização da Furb mobiliza a comunidade regional demonstrando a força da nossa causa. Com a possibilidade de parceria UFSC-Furb para implantação de Campus em Blumenau, a população vai às ruas e demonstra a necessidade de contemplar no projeto as reivindicações acumuladas em quase uma década de trabalho do Comitê. Nossa luta é pela valorização da história e das pessoas que construíram e são a Furb. Nossa proposta é de incorporar a Furb à rede de educação superior federal, constituindo uma universidade federal autônoma no Vale do Itajaí. Como embrião, a Furb seria a garantia do direito à vaga dos estudantes, ao emprego dos servidores e do acesso imediato da população ao ensino gratuito, com qualidade e que valorize o desenvolvimento histórico da nossa universidade.

Mostrando que a força dos movimentos sociais se demonstra nas ruas, milhares de pessoas tomaram a região central, inclusive na chuva, compondo em número de participantes a maior intervenção urbana da história recente de Blumenau. A reivindicação é clara, não se admite que a causa seja excluída nas negociações e que o movimento fique de fora. E a causa ainda mais clara: uma Universidade Federal com milhares de vagas, ensino, pesquisa e extensão de qualidade e gratuitos, instalados imediatamente. Isto só é possível através da Furb!

Esta edição do *Expressão Universitária* é um tributo aos lutadores desta causa e a demonstração de que o movimento está mais forte, mais vivo e disposto a lutar por tudo que a cidadania nos garante de direito.

Nossas propostas respondem às demandas, nosso movimento é legítimo e não aceitaremos ficar de fora!

Universidade e desenvolvimento regional no rufar dos tambores

Por **Ricardo Machado**, *doutorando em História pela UFSC* <ricardomachado1982@gmail.com>

Nas últimas décadas a região do Vale do Itajaí passou por profundas transformações através da construção discursiva de uma relação muito particular com o seu passado. Isto permitiu um processo de naturalização das explicações sobre a região pautada exclusivamente no processo de imigração do século XIX e que teria produzido um ethos germânico na contemporaneidade. Assim, atualmente o conceito de teuto-brasileiro e imigração germânica facilmente são utilizados em estudos acadêmicos, na publicidade e em programas estatais de desenvolvimento, naturalmente associado a valores culturais baseados na ética do trabalho e poupança, religiosidade, associativismo, respeito às leis e à hierarquia, na valorização da iniciativa familiar e particular, na manutenção das tradições, desprezo da iniciativa pública e do Estado e no isolamento regional. No contexto político nacional, estes valores culturais são comumente identificados como elementos positivados em oposição à presença cultural africana, lusitana e indígena na formação do povo brasileiro.

Estas marcas identitárias foram se constituindo através de um conjunto de políticas da memória que investiram no espaço da cidade, na arquitetura e nas formas de representar o passado. Desde os anos de 1970, as palavras "resgate cultural" e "história" entraram para ordem do dia na região, na medida em que o drama do esquecimento tomou conta das sociedades contemporâneas. Neste período, tivemos um processo de valorização cada vez mais intenso em um conceito de "cultura", marcado pela fixidez e mercantilização através do investimento em elementos folclóricos e turísticos da região. Este processo também invisibilizou o papel do Estado na promoção cultural e social de forma mais abrangente na região, principalmente no que se refere à produção intelectual contemporânea que não esteja alicerçada na exaltação destes elementos identitários.

André Voigt, em sua tese intitulada *A invenção do Teuto-Brasileiro*, dedica-se à investigação dos enunciados e noções que formalizam uma unidade discursiva que inventaram o conceito Teuto-Brasileiro em torno da experiência da imigração alemã no sul do Brasil. Este processo foi possível a partir de complexos investimentos discursivos ao longo do século XX, que permitiram hoje naturalizar esta experiência a partir desta unidade étnica. Para ele, "a preservação da cultura será o mecanismo político de acomodação destas populações em um consenso definitivo, igualando seu passado ao presente e ao futuro, fazendo da sua história a eterna confirmação de sua identidade." (VOIGT, 2008. p.40). Esta construção discursiva produziu efeitos significativos nas formas de interpretar aquelas que foram áreas de assentamentos de imigrantes na segunda metade do século XIX, e de maneira especial, potencializará a produção destas representações sobre a cidade de Blumenau. Através da apropriação da história, a dicotomia identidade/diferença se tornou os pontos referenciais para afirmação da região em um contexto nacional.

A construção de uma interpretação do modelo de desenvolvimento regional teve como marco fundamental a publicação do livro da historiadora Maria Luiza Renaux intitulado *Colonização e indústria no Vale do Itajaí: o modelo catarinense de desenvolvimento*. Segundo a autora, o desenvolvimento do Vale do Itajaí só foi possível devido ao isolamento regional e ao transplante de uma cultura europeia que teria produzido uma atividade econômica pautada em princípios éticos como "economia, moderação e auto-controle", os quais seriam o "pressuposto mais imperioso para a industrialização, maior do que a própria posse de capital". (HERING, 1987, p. 27).

Apesar de este modelo interpretativo vir sendo superado por distintos campos do conhecimento, esta concepção produziu uma compreensão do passado e da cultura regional que se materializa em muitas das imagens construídas sobre o Vale do Itajaí. Hoje, ainda vivenciamos na região uma leitura que explica os elementos do desenvolvimento somente através da construção deste "ethos" do imigrante europeu e desconsidera o profundo investimento político e econômico do Estado brasileiro na região durante o seu processo de ocupação política e administrativa.

O rufar dos tambores dos estudantes pelas ruas de Blumenau é uma mistura de rito de nascimento com marcha fúnebre. Ao mesmo tempo que celebram a centelha do futuro, despedem-se do superado "modelo catarinense de desenvolvimento"

Na segunda metade do século XIX, as colônias para assentamentos de imigrantes constituíram-se em uma relação privada de ocupação da propriedade, que foi possível através da produção de um complexo investimento do Império do Brasil em uma política de embranquecimento da população. Este processo implicou constante auxílio econômico do governo brasileiro (apesar das sucessivas reivindicações de mais recursos para a região). Assim, apesar das constantes críticas do pouco sucesso das colônias de imigrantes no sul do Brasil, houve uma intensa propaganda da imigração como elemento fundamental para constituição da nação brasileira moderna. Já nas primeiras décadas do século XX, a nacionalidade passa a ser compreendida como homogeneidade cultural e, consequentemente, as regiões de imigração como um problema de gestão para o Estado brasileiro. Assim, o processo de nacionalização durante o governo de Getúlio Vargas colocou em disputa política os destinos da relação do Vale do Itajaí com o país.

Nas décadas seguintes aos anos 1960 teremos uma reconfiguração desta interpretação da relação entre o regional e o nacional. Inicialmente, através de uma memória dos processos de nacionalização e sua resistência que se configuraram na reorganização de grupos culturais que haviam sidos dissolvidos ou alterados drasticamente seu caráter durante a nacionalização; em seguida, com a constituição de uma indústria do turismo marcada pela exaltação das diferenças regionais; e mais tarde, o processo de democratização, políticas neoliberais e globalização do mercado que relacionaram-se com uma abordagem que compreendeu o desenvolvimento regional tendo iniciativa individual e empreendedorismo como marca de diferenciação. Esta interpretação do desenvolvimento não só teve um efeito normatizador da noção de identidade regional, como também produziu uma visão da relação política com Estado brasileiro. Assim podemos dizer que a identidade tida como um problema nos anos 1930, passou por um conjunto de investimentos discursivos que permitiram torná-la positivada no contexto nacional, sobretudo, exaltando culturalmente elementos marcados pela distinção étnica.

Foi justamente no período de constituição desta interpretação do desenvolvimento regional que se organizou e solidificou a universidade pública no Vale do Itajaí. Originalmente, a criação da Furb foi marcada por esta tentativa de constituir a experiência de ensino superior na região a partir dos investimentos diretos da comunidade e dos setores empresariais. Por isso, durante seus atos fundadores e ao longo de sua trajetória, por muito tempo foram exaltados os elementos da iniciativa regional e comunitária da criação da instituição, distanciando-se de outras regiões do país que colocaram o ensino superior como uma demanda exclusivamente do Estado. Mesmo diante das dificuldades e incertezas produzidas pelo financiamento privado, durante décadas a instituição cumpriu, mesmo que de forma tímida diante do potencial, com sua função de promotora do ensino, pesquisa e extensão na região.

No entanto, suas possibilidades sempre estiveram limitadas pela pouca capacidade de captação de recursos públicos e vinculação mais direta com agências de fomento e financiamento do governo federal. Nesta perspectiva, a própria concepção de desenvolvimento regional, criada socialmente e intelectualmente, a partir, e sobre a região, impediu durante décadas uma aproximação mais promissora entre a universidade e formas de financiamento público. Atualmente, na medida em que o neoliberalismo econômico desgastou-se socialmente, passou-se a reivindicar de forma mais permanente a promoção de políticas públicas. A universidade financiada pelo poder público torna-se, assim, um dos elementos centrais no horizonte da região.

Este amplo processo de mobilização em defesa da transformação da Furb em uma instituição financiada pelo Estado vai muito além da promoção de direitos fundamentais na região. Hoje assistimos o nascimento do novo através do enterro do velho. O rufar dos tambores dos estudantes pelas ruas de Blumenau é uma mistura de rito de nascimento com marcha fúnebre. Ao mesmo tempo que celebram a centelha do futuro, despedem-se do superado "modelo catarinense de desenvolvimento".

Referências:

HERING, Maria Luíza Renaux. Colonização e indústria no Vale do Itajaí: o modelo catarinense de desenvolvimento. Blumenau, SC : Ed. da FURB, 1987.

FLORES, Maria Bernadete Ramos; WOLFF, Cristina Scheibe. Oktoberfest: turismo, festa e cultura na estação do chopp. Florianópolis : Letras Contemporâneas, 1997. 188p, il.

VOIGT, André Fabiano. A invenção do Teuto-brasileiro. Florianópolis, 2008. Tese de Doutorado (Programa de Pós Graduaçao em História). UFSC/SC.p.140.

Federalização da Furb: uma questão de direito fundamental

Por **Ivone Fernandes Morcilo Lixa**, *professora do departamento de Direito e diretora de Assuntos Jurídicos do Sinsepes* <iflixa@furb.br>

http://www.flickr.com/people/bloco_de_esquerda/

Acesso ao ensino superior público, a partir da perspectiva dos Direitos Fundamentais, mais do que garantia de desenvolvimento econômico através da formação de trabalhadores qualificados, significa a possibilidade de plena cidadania na medida em que amplia potencialidades humanas e instrumentaliza o indivíduo com conhecimentos e capacidade crítica necessários para uma atuação social e política democrática e participativa.

Situar o processo de federalização da Universidade Regional de Blumenau (Furb) no conjunto de Direitos Fundamentais e na parcela daquilo que o Direito denomina como "mínimo existencial" desloca a discussão para a imediata exigibilidade dos deveres jurídico e político do Estado.

São Direitos Fundamentais aqueles inerentes à pessoa humana pelo simples fato de considerá-la como tal. Não são direitos meramente legitimados por um texto legal, mas sim pela luta social e política que, historicamente, vai sedimentando liberdades e garantias conquistadas. Especificamente o direito à educação encontra-se, de maneira genérica, previsto no artigo 6º da Constituição Federal de 1988, que trata dos direitos sociais, e encontra sua regulação específica no Capítulo III a partir do artigo 205. Ao declarar o direito à educação como fundamental se reconhece expressamente que a construção de uma sociedade justa, livre e solidária pressupõe que a educação, juntamente com a concretização dos demais direitos fundamentais, constitui condição mínima para uma existência cidadã digna.

Em busca da concretização do direito à educação, o artigo 208 estabelece como dever do Estado a garantia de:

1. Ensino fundamental obrigatório e gratuito, assegurada, inclusive, sua oferta gratuita para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria;

2. Progressiva universalização do ensino médio gratuito;

3. Atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;

4. Atendimento em creche e pré escola às crianças de 0 a 6 anos de idade;

5. Acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;

6. Oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando;

7. Atendimento ao educando, no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

Note-se que, com relação à gratuidade e obrigatoriedade, o ensino superior é tratado de forma diferenciada, o que veio a abrir espaço para que interesses privados entrassem em cena e passassem a disputar a destinação de recursos públicos. Em que pese a discussão jurídica em torno do tema, o certo é que, considerando a isonomia, há comprometimento do poder público estatal com relação ao acesso ao ensino superior, obrigando assim a atuação do Estado no sentido de garantir e ampliar as universidades públicas. Entretanto, é ainda nítido que, em relação ao ensino superior, prevalecem critérios que favorecem a sua comercialização em prejuízo à interesses sociais.

Mais do que *status* ou vaidade pessoal, a educação superior é uma instituição social cujo papel fundamental é o de formar um sólido e competente grupo de indivíduos com capacidade intelectual e científica à serviço da sociedade, de caráter estável e duradouro, idealizada de forma a promover o desenvolvimento político, econômico, social e cultural da sociedade a partir da qual é concebida.

Atualmente, como resultado de um longo e tardio processo, o Brasil vive uma profunda contradição em relação ao Ensino Superior: de um lado uma ordem constitucional que anuncia como fundamental o direito a seu acesso e, de outro, sua inexpressiva democratização e efetivação. Desde o final da década de 1990 o crescimento do ensino superior deu-se numa média de 7% ao ano; contudo, este incremento é produto de interesses do setor privado que raramente alinham desenvolvimento humano, econômico e político a necessidades internas e estranhas ao meio acadêmico, tais como o lucro. Os últimos dados oficiais apontam, por exemplo, que apenas dez universidades no país possuem efetivamente envolvimento com pesquisa.

O Brasil vive profunda contradição quanto ao Ensino Superior: de um lado uma ordem constitucional que anuncia como fundamental o direito a seu acesso e de outro sua inexpressiva democratização e efetivação

Em junho deste ano o Semesp (Sindicato Mantenedora de Estabelecimentos de Ensino Superior de São Paulo) apontava que a evasão nos cursos particulares aumentou de 9,85% em 2006 para 24,98% em 2009. Já nas instituições públicas, a evasão é de 12,4%. A má qualidade do ensino aliada à dificuldade econômica é apontada como causa principal para a desistência dos estudantes. As instituições de ensino superior privadas vêm sistematicamente demitindo professores, contratando mão de obra barata e desqualificada e realizando poucos investimentos. Segundo a Semesp, apenas no ABC Paulista foram demitidos, ano passado, 120 professores universitários qualificados.

Os indicadores registrados pelo Ministério da Educação (MEC) revelam que o Brasil está distante dos padrões aceitáveis. Em 2007, 39,73% dos alunos que ingressam no ensino superior tinham mais de 25 anos e 53,7% dos universitários – os que efetivamente estudam em universidades e não faculdades ou centros universitários – trabalhavam em tempo integral. A pesquisa mostra que 87% dos alunos das instituições públicas de ensino superior estão nas camadas sociais denominadas C, B ou A. Destes, 73% têm família cuja renda não ultrapassa dez salários mínimos e apenas 52, 2% concluem o curso no tempo regular.

E ainda: dos 3,5, milhões de alunos matriculados no ensino privado, apenas 8% têm financiamento reembolsável e 30% algum tipo de bolsa institucional.

Sem dúvida, vivemos uma perversidade institucional em relação ao ensino superior. A federalização da Furb é uma reivindicação legítima que se estende por mais de dez anos. O sentido de público, nesta luta, é redefinido resgatando-se o ideal de pertencimento ao coletivo e de autonomia na produção do conhecimento e edificação de seres humanos livres no pensar e agir social e político, desvinculados do imediato interesse privado.

A comunidade acadêmica (alunos e servidores) vem ocupando as ruas exigindo "FURB FEDERAL", uma bandeira que nada tem de oportunista: é a recuperação de compromissos históricos firmados entre a Furb e a comunidade regional para ampliar e garantir o acesso democrático ao ensino superior de forma a diminuir a distância – alargada, sobretudo, pela circunstancialidade econômica – entre o espaço universitário (público, gratuito e de qualidade) e seus legítimos titulares.

Entre a tensão e a cooperação

Por **Luciano Félix Florit**, *professor doutor do Departamento de Ciências Sociais e Filosofia e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Furb* <lucianoflorit@furb.br>

A inclusão na agenda

A Furb Federal está na agenda política do governo federal, mas não se trata de um caminho sem retorno. O desfecho depende da consistência política das ações que estão na pauta imediata e de médio prazo.

Um fator decisivo para a inclusão deste projeto na agenda tem sido a vontade e manifestação popular catalisada pelo trabalho que há quase dez anos vem desenvolvendo o Comitê Pró-Federalização. Não fosse isso, os representantes políticos provavelmente teriam continuado nas suas tranquilas articulações que, mesmo simpáticas a esta antiga reivindicação, permitiram que o Ministério da Educação (MEC) elaborasse – provavelmente durante meses – um ambicioso plano de expansão que não incluia a Furb.

A entrada na agenda política foi consagrada por alguns fatos significativos dos quais cabe destacar o encaminhamento por parte do MEC para a conformação do Grupo de Trabalho que elaborará a proposta e a carta, encaminhada aos catarinenses pelo Ministério de Relações Institucionais da Presidência da República, reafirmando o interesse no processo de fusão Furb-UFSC, devendo este culminar na criação da Universidade Federal do Vale do Itajaí (UFVI).

Principal ator do processo, o Comitê pró-Federalização é uma convergência de atores articulados em função de um projeto que permite e requer participação multisetorial e suprapartidária

A entrada na agenda política convoca os atores (velhos e novos) ao redor da questão do processo de transição e do modelo de universidade a ser implantado, e é esse o processo no qual estamos agora inseridos. Temos em cena vários atores que, mesmo sendo aliados, atuam com lógicas e interesses diversos. O desafio é encontrar o caminho para uma cooperação sinérgica que garanta o projeto da Furb Federal com celeridade e completude.

Lógicas e interesses

Compreender as posições e lógicas dos atores requer levar em conta tanto as condições objetivas que os cercam (aquelas materiais ou sistêmicas que independem da vontade deles) e os elementos subjetivos, ideológicos e idiossincráticos, a partir dos quais eles tendem a responder às circunstâncias objetivas.

Para os atores que agem na órbita do governo federal (deputados e ministros), a lógica predominante é a da instrumentalização política do projeto. Ele se efetivará na medida em que seu sucesso seja funcional aos interesses de atores que tem nos seus horizontes os próximos processos eleitorais e a necessidade de sustentar uma agenda positiva para Santa Catarina. Estes atores nunca deixaram de sublinhar que a inclusão de Blumenau com um campus da UFSC seria boa em si, mesmo que este campus não partisse da Furb como embrião.

A UFSC vem sendo de fato o aliado estratégico de maior importância e fator decisivo na conquista da inclusão do projeto na agenda neste momento. O atual reitor da instituição, Álvaro Prata, conhece a proposta do Comitê Pró-Federalização desde antes de assumir ao cargo, e tem amplo conhecimento da oferta universitária de SC, reconhecendo muitas das virtudes, potencialidades e desafios da Furb como instituição. Contudo, como uma instituição federal subordinada, a UFSC deverá observar uma forte tendência burocrática no processo, buscando enquadrar dentro dos limites do seu arcabouço institucional os desafios da fusão e posterior emancipação. Esta tendência ao enquadramento burocrático, embora sinalize passos técnicos necessários do processo, deve criar obstáculos para soluções criativas que preservem os aspectos originais e apropriados da atual estrutura institucional da Furb. É importante ressaltar aqui que ao se ter no horizonte uma terceira universidade resultante do que hoje é a Furb, há importância estratégica em se preservar aspectos da organização que permitem que ela opere com um grau razoável de eficiência, mesmo diante de um ambiente econômico altamente hostil e a partir de um modelo de financiamento inadequado como o atual.

A Prefeitura de Blumenau é outro ator que tem interesse em viabilizar o projeto. Vem demonstrando isto através de atos e declarações, alguns dos quais tem sido fundamentais para a formação da atual conjuntura. Contudo, ela é também expressão política e aliada estratégica de setores que, até pouco tempo, eram muito reticentes à expansão do sistema universitário público na cidade. Durante anos, estes setores expressaram, de modo direto ou velado, objeções à federalização da Furb por razões poucas vezes explícitas, mas que podem ser interpretadas como associadas ao medo de que esta universidade se torne um ator político regional pouco conveniente a interesses de uma elite que busca reproduzir suas posições de poder através das instituições já consolidadas. É bem verdade, no entanto, que a perspectiva de uma injeção anual de R$ 150 milhões na economia local e a liberação para outras finalidades dos recursos que vem sendo destinados para mensalidades, vem provocando um *aggiornamento* ideológico surpreendente desses setores. A Acib, ao que parece, tem colocado a Furb Federal na sua agenda, o que sem dúvida deverá resultar em reivindicações de classe na formatação do modelo da próxima universidade, como por exemplo, a implantação ou adequação de cursos aos interesses mais imediatos da burguesia local.

A atual reitoria da Furb é, evidentemente, um ator fundamental, mas que custa a encontrar o modo em que realmente possa fazer diferença positiva para viabilizar a celeridade e amplitude do processo. Esta dificuldade decorre, ao que parece, de uma excessiva tendência à centralização do poder, o que a leva a disputar com o movimento político articulado no seio do Comitê Pró-Federalização que, como se sabe, inclui representantes internos e externos da universidade, acolhendo diversas e relevantes instituições e pessoas da comunidade regional. Como consequência disto, a atual reitoria da Furb caminha por trilhas tortuosas, desestimulando a mobilização política, mas buscando capitalizá-las quando ela ocorre; utilizando a retórica da eficácia técnica, mas promovendo a ineficácia política ao provocar delongas e exclusões no andamento do processo.

O ator mais fundamental e sui generis neste processo é, sem dúvida, o Comitê Pró-Federalização, que tem sustentado a bandeira por quase dez anos, construído os argumentos mais importantes da causa e recrutado os atores que deram densidade política a esta reivindicação. Mais do que um ator ele é, em si, uma convergência de atores articulados em função de um projeto que, pelas suas características, permite e requer participação multisetorial e suprapartidária. O Comitê vem atuando com base em métodos participativos, o que tem garantido uma posição fundamentalmente inclusiva que permite a convivência e cooperação entre atores e setores que em outras arenas da política seriam contrapostos ou conflitantes. Ele tem se constituído na via de diálogo mais frutífera entre a comunidade universitária e a comunidade regional no que diz respeito a este projeto. Pela sua formatação ele se torna eficaz para a participação e mobilização política, e ao mesmo tempo avesso às lógicas externas que tentam instrumentalizar seus propósitos.

Essa é a arena em que transcorre o processo de transição e a construção do modelo de universidade a ser implantado. Um modelo ainda em aberto, que depende em larga medida da pressão e participação política dos atores engajados.

A superação definitiva de soluções impróprias

A conjuntura é favorável, mas o desfecho adequado ao projeto Furb Federal que atenda a comunidade regional e universitária não está garantido. Os atores que agem na esfera do governo federal tem ainda margem de manobra para defender um campus da UFSC alheio à Furb ou que aproveite minimamente sua estrutura, de forma tal que isto ainda resulte a eles o rédito político que almejam.

Estas alternativas ainda precisam ser contestadas pelas razões já conhecidas. Um campus da UFSC ou outra solução sem a Furb como embrião seria um dispêndio desnecessário de recursos públicos, pois a Furb pode oferecer 20 mil vagas sem investimento inicial, e com um orçamento muito menor do que uma estrutura a ser implantada. Além disso, um mero campus da UFSC afetaria fortemente a Furb, resultando na diminuição das atividades universitárias na região. A Furb passaria a ter imensas dificuldades em manter seu status de Universidade (com pesquisa, extensão, mestrados e doutorados), enquanto o campus da UFSC demoraria anos a oferecer serviços que pudessem ser minimamente comparáveis.

O caminho para a construção do processo de transição e do modelo de universidade a ser implantado continua sendo aquilo que de fato permitiu chegar até aqui – mobilização política, ampla participação da comunidade universitária e regional e disposição cooperativa para a construção de um modelo sinérgico e democrático. O papel da pressão política é fundamental, haja vista que um modelo desta natureza não seria necessariamente o prioritário para os outros atores do processo.

Há, sem dúvidas, desafios técnicos. Estes devem ser detectados e encaminhados com eficiência de acordo com os imperativos políticos do processo. Por exemplo, poderá haver um orçamento disponível mais ou menos imediatamente. Mas para além do que esteja previsto hoje, precisamos lutar por um orçamento da União de R$ 150 milhões. Não é a argumentação técnica, mas a política, que providenciará isto, embora sua efetivação requeira procedimentos técnicos.

Existe uma cultura política – forte na Furb – que se sente mais confortável quando reduz a discussão em torno das coisas públicas a seus aspectos técnicos. Esta redução é em si uma operação política cujo objetivo é dominar o controle de processos. A retórica desta operação política às vezes convence pelo seu apelo tranquilizador que disfarça a realidade contingente da política.

No seu aspecto ético-normativo a política não diz respeito apenas a interesses, mas a valores, prioridades, sistemas de relevância perante as coisas. As sociedades plurais envolvem inevitavelmente atores com diversos sistemas de valores, cujo diálogo e contraponto não pode ser feito por meio de discursos técnicos. Em outras palavras, se a técnica pudesse substituir a política, então não seria necessária a democracia.

Confira o histórico recente dos principais fatos ligados ao Comitê Pró-Federalização da FURB e ao processo:

Final de maio de 2008

Comitê Pró-Federalização da Furb realiza plebicito com ampla participação da comunidade do Vale do Itajaí. Este consolida, em resultado destacado, a posição favorável de estudantes e trabalhadores da Furb. *(Ver <http://www.furb.br/especiais/interna.php?secao=2769>)*;

OS NÚMEROS DO PLEBISCITO DE 2008	Total	%
Votantes comunidade regional	20.254	
Válidos	19.780	100
Sim	19.002	96,07
Não	692	3,50
Brancos	79	0,40
Nulos	7	0,04
Votos de urnas anuladas	474	
Abaixo-assinado (até 4/6/2008)	6.976	
Participantes da comunidade regional	27.230	
Votantes da FURB	7.087	100
Sim	6.386	90,11
Não	701	9,9
Total de participantes	34.317	
Municípios envolvidos	17	

Fonte: Página do Comitê Pró-Federalização na Internet (https://www.furb.br/site/arquivos/969507-623376/resultados_gerais_sintese.pdf)

Junho de 2008

Proposta de federalização é discutida no Conselho Universitário da Furb. Esta é incorporada como estratégia institucional, passando a se chamar Projeto Furb Federal;

8 de junho de 2009

Sessão solene da Assembléia Legislativa em comemoração aos 45 anos da Furb – pauta da sessão, realizada no Teatro Carlos Gomes, em Blumenau, é tomada pela causa da federalização. *(Ver http://www.alesc.sc.gov.br/portal/imprensa/leitor_noticia.php?codigo=20760>)*;

17 de março de 2009

Audiência em Brasília com o ministro da Educação, Fernando Haddad. Presentes o Comitê Pró-Federalização, a Reitoria e lideranças políticas locais. Para dar prosseguimento ao processo, a Furb deve realizar três estudos técnicos – político-institucional, orçamentário-financeiro, jurídico. Os dois primeiros são entregues ao MEC em agosto de 2011;

9 de novembro de 2010

Audiência da Comissão de Educação, Cultura e Esportes do Senado é realizada em Blumenau – o Projeto de Lei do Senado Nº 295, de 2005, que então tramitava, é modificado pela criação da Universidade Federal do Vale do Itajaí (UFVI) com seção patrimonial e incorporação dos estudantes da Furb (PL 7287/2010, de 11 de maio de 2010);

Maio e junho de 2011

Comitê Pró-Federalização realiza seminários regionais para discussão e incorporação de propostas aos estudos técnicos. As cidades sede dos seminários são Ascurra, Brusque e Blumenau;

8 e 9 de junho de 2011

Comitiva da Presidência da República vem a Blumenau. Representantes do Comitê Pró-Federalização reúnem-se com a Secretaria da Presidência da República, entregam e discutem a proposta. Esta também é pessoalmente entregue à presidenta da República, Dilma Roussef, e ao Governador do Estado, Raimundo Colombo;

6 de julho de 2011

Tramitação na Câmara Federal do PL 7287/2010, que passa a incorporar a cessão dos servidores da Furb à UFVI (Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público – CTASP);

Julho e agosto de 2011

Comitê Pró-Federalização leva a pauta aos eventos regionais e estadual das proposições ao novo Plano Nacional de Educação;

20 de julho de 2011

Reunião em Brasília com a ministra Ideli Salvatti, da Secretaria de Relações Institucionais, com representantes do Comitê Pró-Federalização, da Reitoria e lideranças políticas da região, aponta agenda com o Ministério da Educação para entrega dos estudos técnicos em setembro de 2011;

4 de agosto de 2011

Comissão de Educação e Cultura (CEC) da Câmara Federal nomeia relator do PL 7287/2010;

6 de agosto de 2011

Reitor da UFSC, Álvaro Prata, em entrevista a O Globo, antecipa o anúncio da expansão da rede de ensino superior federal, apontando a demanda do Vale do Itajaí e declarando posição favorável à criação da terceira Universidade Federal de Santa Catarina, em Blumenau. (*Ver <http://oglobo.globo.com/pais/mat/2011/08/05/dilma-vai-criar-pelo-menos-quatro-novas-universidades-federais-925075625.asp>)*;

12 de agosto de 2011

Sem garantia oficial da inclusão do Vale do Itajaí, a comunidade regional se organiza a partir do Comitê Pró-Federalização da Furb. Atos organizados durante a semana reúnem 1.000 pessoas no Campus I e 700 no Campus II. Em poucos dias a comunidade de "Sou pela Furb Federal" reúne mais de 30.000 apoiadores no *Facebook*. Realiza-se a primeira Marcha em Defesa da Furb Federal, que leva cerca de 6.000 participantes às ruas de Blumenau ;

Cerca de 6.000 pessoas marcharam dia 12 de agosto *(Leo Laps)*

16 e 17 de agosto de 2011

A expansão da rede de educação superior é anunciada, incluindo a instalação até 2014 de extensão da UFSC em Blumenau. Imediatamente após o anúncio há reunião na Secretaria de Ensino Superior (SESu) do Ministério da Educação. Presentes o secretário da SESu, professor Luiz Cláudio Costa, e responsáveis do Comitê Pró-Federalização da Furb, da Reitoria da Furb, da Reitoria da UFSC, da Prefeitura de Blumenau, o deputado federal Décio Lima e a deputada estadual Ana Paula Lima. No dia seguinte, a agenda é estendida à ministra Ideli Salvatti. O resultado destas reuniões é a indicação do MEC para a formação de uma comissão tripartite de trabalho, composta por UFSC, Furb e Prefeitura Municipal de Blumenau, com a tarefa de, no prazo de 30 dias, apresentar modelo de parceria para implantação da Universidade Federal em Blumenau;

23 de agosto de 2011

Sinsepes e Comitê Pró-Federalização reivindicam vaga na comissão. Esta reivindicação e a ausência de garantia da incorporação do patrimônio, da transferência dos estudantes e da cessão dos servidores da Furb motiva a 2ª Marcha em Defesa da Furb Federal, realizada sob chuva e frio, que reúne mais de 7.000 pessoas, de diversos setores da sociedade, em grande manifestação de rua;

25 de agosto de 2011

Comitiva técnica da UFSC faz "visita de reconhecimento" à Furb, coleta dados e conhece parte da estrutura física. Não há manifestação clara quanto ao modelo a propor ou mesmo a formação da comissão. O coordenador do Comitê Pró-Federalização reitera publicamente, durante a transmissão radiofônica e televisiva de coletiva à imprensa concedida por autoridades da Furb e da UFSC, que o Comitê reivindica integrar a comissão;

26 de agosto de 2011

O Comitê Pró-Federalização protocola na Reitoria da Furb ofício em que reivindica a sua inclusão na comissão encarregada de conceber o modelo de parceria UFSC-Furb para a expansão do sistema federal de educação superior ao Vale do Itajaí (Protocolo nº 737, de 26 de agosto de 2011);

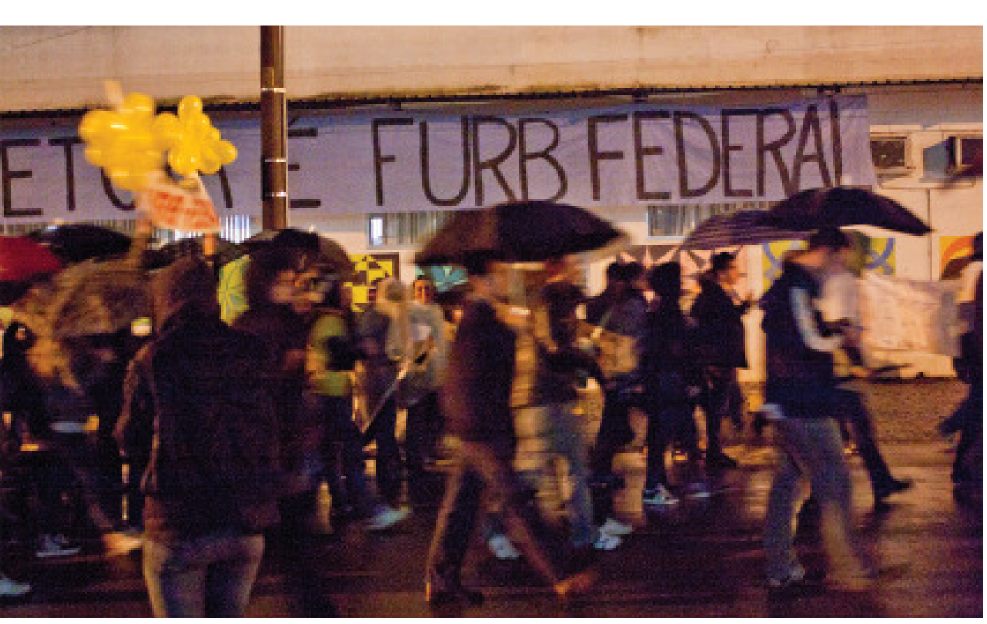
5 de setembro de 2011

Até o momento, nem o Sinsepes nem o Comitê Pró-Federalização tiveram atendidas as suas reivindicações. O movimento, formado por milhares de cidadãos, continua sem representação formal na comissão. O Comitê Pró-Federalização e o Sinsepes, em conjunto com a comunidade do Vale do Itajaí, sustentam a posição construída ao longo de quase uma década de atividade em prol da causa da educação pública e gratuita em nossa região. Permanecemos em luta!

Cidadania nas ruas!

Comitê Pró-Federalização da FURB mobiliza milhares pela causa. Há dúvidas?

Fotos: Leo Laps



Governo Federal desenha grupo de trabalho incluindo o Comitê Pró Federalização da FURB. Quem exclui o movimento?

Ex aluna e trabalhadora da Furb, Graziele Justino recebeu resposta oficial da Secretaria de Relações Institucionais do Governo Federal sobre o processo de instalação da universidade federal em Blumenau. Confira na íntegra:

"Prezada Graziele Justino,

É com muita satisfação que agradecemos o contato com a ministra Ideli Salvatti. Em relação aos esclarecimentos sobre o projeto da Furb Federal destacamos que a ministra Ideli continua empenhada junto ao Governo Federal para garantir ao Vale do Itajaí uma universidade federal. E com isso expandir o número de vagas no ensino superior, qualificar a oferta de mão de obra e melhorar a qualidade de vida da população na região.

Nesse mês, um grande passo foi dado para garantir a terceira universidade federal do Estado, o Ministério da Educação (MEC) deu o aval para a incorporação da Furb à Universidade Federal do Estado de Santa Catarina (UFSC). A negociação foi feita pela comitiva de Santa Catarina com o MEC, a pedido da ministra Ideli Salvatti.

Em vez de federalizar a instituição, o Governo Federal deu sinal verde para adotar a estrutura e os servidores da universidade municipal à Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). E nossa expectativa, após a fusão das duas instituições, é o nascimento da Universidade Federal do Vale do Itajaí.

Acompanhe as ações:

1º No dia 15 de agosto, a presidenta Dilma Rousseff lançou o Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Superior Profissional e Tecnológica. Em Santa Catarina, apenas Blumenau, foi contemplada com um campus da UFSC. A garantia pelo Governo Federal de mais um campus da UFSC em Blumenau foi positiva, uma vez que oportuniza o acesso dos jovens ao ensino superior. Além disso, o Governo assegurou recursos para a implementação do campus na cidade. Entretanto, professores, estudantes e a própria comunidade solicitou que o projeto da federalização não fosse arquivado.

2º No dia 15 de agosto, quatro horas depois do anúncio do Plano, uma ação da ministra Ideli e da comitiva catarinense, formada pelos deputados Décio Lima e Ana Paula Lima; o prefeito de Blumenau, João Paulo Kleinübing; o coordenador do Comitê Pró-Federalização, Clóvis Reis e os reitores, Álvaro Prata da UFSC e João Natel da Furb, garantiu junto ao secretário nacional de Ensino Superior do MEC, Luiz Claudio Costa, a sinalização para que a Furb fosse incorporada a UFSC, no novo campus em Blumenau.

3º No dia 16 de agosto, a Ministra Ideli Salvatti recebeu a comitiva catarinense. Na audiência ficou definido que no prazo de 30 dias, os reitores Álvaro Prata da Ufsc e João Natel da Furb com o apoio do o coordenador do Comitê Pró-federalização, Clóvis Reis, terão a responsabilidade de elaborar o projeto da incorporação, que detalhará o funcionamento da nova federal.

4º No dia 25 de agosto, uma comitiva da UFSC fez a primeira visita ao campus da Furb em Blumenau. O ato deu início ao processo de fusão das duas universidades. Já na primeira visita, a pró-reitora de graduação da UFSC, Yara Maria Rauh Müller, já sinalizou que a nova instituição possa oferecer vagas gratuitas já em 2012.

5º Na segunda quinzena de setembro, a comitiva de Santa Catarina apresentará o plano de fusão da UFSC-Furb e, com o apoio da ministra Ideli Salvatti, vai negociar com o MEC as questões legais, financeiras e prazos para a incorporação.

A luta continua, mas a esperança foi renovada!

Esse canal de comunicação está aberto para continuar recebendo sugestões e também informando os catarinenses do processo de incorporação da Furb.

Assessoria de Comunicação Secretaria de Relações Institucionais Presidência da República

Ana Paula Barreto
Coordenação de Comunicação
(61) 3411-1163
ana.barreto@presidencia.gov.br
Dayane Nunes
Assessoria de Comunicação
(61) 3411.1097
dayane.nunes@presidencia.gov.br

Secretaria de Relações Institucionais - SRI
Presidência da República
Palácio do Planalto, 4º andar, sala 404 - Brasília/DF - 70150-900
www.relacoesinstitucionais.gov.br"

DESTAQUE DA REDAÇÃO:

"(...) ficou definido que no prazo de 30 dias, os reitores Álvaro Prata da UFSC e João Natel da Furb com o apoio do o coordenador do Comitê Pró-federalização, Clóvis Reis, terão a responsabilidade de elaborar o projeto da incorporação, que detalhará o funcionamento da nova federal."

A Furb junto à UFSC: dilemas e perspectivas

Por **Marcos Antônio Mattedi**, *professor doutor do Departamento de Ciências Sociais e Filosofia e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Furb* <mam@furb.br>

"Pero no hay mayor incertidumbre que la del conocimiento. Sería un idiota si yo creyera que lo sé todo. Cuanto más aprendo, más dudo."
Luiz Cesar Menotti

1 – Considerações iniciais

Este texto constitui uma análise sociológica dos dilemas e perspectivas associadas à proposta de incorporação da Furb pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Procura subsidiar o debate sobre quais são os fatores sociopolíticos envolvidos na realização dos trabalhos que serão desenvolvidos pelo Grupo de Trabalho (GT) formado pela UFSC, Prefeitura Municipal de Blumenau (PMB) e Furb. Tem como objetivo principal apresentar quatro cenários possíveis de incorporação relacionados aos modelos que serão apresentam pelo GT. Para dar conta disso foi dividido em quatro partes principais: 1) inicia com uma caracterização da universidade enquanto instituição social; 2) em seguida, traça um histórico da formação e desenvolvimento da Furb; 3) caracteriza a constituição da Universidade Federal do Vale do Itajaí (UFVI) como uma rede sociotécnica; 4) finaliza, traçando quatro cenários possíveis para os trabalhos do GT.

2 – Características institucionais das universidades

Universidades são organizações multifuncionais: fazem ensino, pesquisa e extensão. As universidades nasceram como uma forma de transmissão do conhecimento. Seus dois modelos fundacionais, a Università di Bologna (1088) e a Université de Paris (1170), exprimem ainda hoje a forma de organização do ensino superior. Por um lado, o "modelo de Bolonha", que consistia na reunião de alunos que contratavam os professores (financiamento interno), de outro lado, o "modelo de Paris", ligado à igreja (financiamento externo). Com os ataques de Napoleão à universidade e a implantação da Humboldt-Universität zu Berlin (1810), a universidade passa a realizar também a pesquisa, que antes era desenvolvida exclusivamente nas academias de ciência. Somente no início do século XX, nos Estados Unidos, a universidade começa a desenvolver a extensão do conhecimento para a sociedade. Esta multifuncionalidade significa que as universidades são organizações sociais que apresentam, ao mesmo tempo, uma maior abertura para a sociedade e uma maior complexidade interna.

Além de serem organizações multifuncionais, as universidades são constituídas por "culturas epistêmicas" muito diferenciadas. Congregam todas as áreas do conhecimento como as das ciências básicas, as ciências aplicadas, as tecnológicas até as humanas, além de toda uma infinidade de especializações disciplinares que marcam a organização cognitiva curricular dos cursos. Isto significa que o ensino, a pesquisa e a extensão podem ser praticados de forma muito diferente dependendo da tradição disciplinar. Portanto, o que podem ser boas práticas de ensino, pesquisa e extensão para a administração, podem não ser para a sociologia, a física a moda e assim por diante. Consequentemente, suas relações com a sociedade são também multivariadas.

A consideração destas características organizacionais e cognitivas permite delinear uma matriz de interação entre a universidade e a sociedade. Por um lado, temos o eixo interno formado do tipo de concepção de organização do conhecimento que vai no sentido dentro para fora: da universidade para a sociedade – público (coletivo) e privado (individual); por outro lado, temos o eixo externo formado pelo tipo de forças ideológicas que vai no sentido fora para dentro: da sociedade para a universidade – esquerda (Estado) e direita (mercado). Nesse sentido, a organização da forma de realizar o ensino, a pesquisa e a extensão compreende algo que encontra-se constantemente em disputa. Esta disputa se estabelece na coconstrução entre o contexto social e a universidade pelo modelo de conhecimento a ser desenvolvido e de suas relações com a sociedade.

3 – Formação e desenvolvimento institucional da FURB

A história da Furb precede sua própria criação e remonta à década de 1950, refletindo a luta da sociedade do Vale do Itajaí pela implantação do ensino superior no interior do Estado de Santa Catarina. Nesse período, o caráter elitista do ensino superior no Brasil em geral e em Santa Catarina em particular concentrava a formação superior e o acesso à universidade nas capitais. Neste período, o Vale do Itajaí contava com cerca de 300 mil habitantes e, portanto, a formação e desenvolvimento institucional da Furb acompanha a dinâmica do próprio processo de desenvolvimento socioeconômico da região. Neste contexto, a formação e desenvolvimento institucional da Furb enquanto uma universidade pode ser serializada em quatro etapas principais.

1) Período de formação (1950-1968): Esta primeira etapa pode ser dividida em duas fases principais: a) agendamento, que se refere às mobilizações realizadas pela União Blumenauense dos Estudantes (Ubes) e a Associação de Imprensa e Rádio do Vale do Itajaí para interiorizar o ensino superior no Estado de Santa Catarina; b) implantação, iniciada em 1964 com a criação do Curso de Ciências Econômicas de Blumenau. O que diferencia as duas etapas é o Golpe Militar de 1964, que constrangeu a participação popular, modificando a composição dos atores sociais envolvidos.

2) Período de consolidação (1968-1986): Inicia com a criação da Fundação Universidade Regional de Blumenau. Este período exprime a percepção, por parte da comunidade regional, dos benefícios relacionados à implantação do ensino superior na região. Este período caracteriza-se por duas linhas de atuação institucional: a) infraestrutura física, linha de atuação que exprime-se pelo Movimento pela Constituição da Sede Própria promovido pelo Lyons Club Blumenau Centro, o Rotary Club e a Associação Empresarial de Blumenau (Acib), que culmina com a construção do hoje conhecido como Campus I; b) aperfeiçoamento institucional, o estabelecimento de um arranjo organizacional que integrasse as atividades acadêmicas e administrativas no regime de faculdades.

Durante o período de formação e parte do período de consolidação a FURB foi gratuita. Depois, tornou-se paga. O pêndulo público-privado estabeleceu um modelo institucional ambivalente no qual o orçamento é público e o financiamento, privado

3) Período de expansão (1986-1995): Inicia com o reconhecimento da Universidade Regional de Blumenau pelo Ministério da Educação (MEC) em 1986, e deve ser entendido em termos do número de alunos e cursos. O reconhecimento do MEC trouxe mais autonomia e agilidade na oferta de cursos e serviços para a comunidade da região. Neste sentido, cabe destacar a introdução de um novo arranjo institucional com os cursos organizados em centros, facilitando as atividades de pesquisa, ensino e extensão. Cabe ressaltar também que nesse período imprime-se vínculos mais diretos com o setor empresarial da região, com a formação de mão de obra especializada.

4) Período de diversificação (1995-2011): Desde o início da década de 90 cristaliza-se uma nova tendência de desenvolvimento institucional da Furb, que caracteriza-se por um processo de diversificação. Este processo culmina com a transformação da Furb em uma fundação de caráter público. O caráter público atrai mais pesquisadores, ampliando o número de docentes com titulação de mestre e doutorado. Este processo permite o estabelecimento de um processo de verticalização das atividades com a criação de programas de mestrado e doutorado. Além disso, a universidade desloca seu sentido de desenvolvimento para as áreas da saúde e tecnológicas. Este processo favoreceu a produção de conhecimentos e o estabelecimento de novos padrões de relação com a comunidade regional.

Cada uma destas etapas de desenvolvimento mantem uma relação de coconstrução com o contexto social, mais precisamente: cada uma destas etapas constitui o resultado da relação com o processo de desenvolvimento socioeconômico do Vale do Itajaí. Assim, ao mesmo tempo que o tipo de atividade desenvolvida pela Furb atende a uma demanda da sociedade regional, esta fornece apoio e suporte para essas atividades. Considerando este processo, o desenvolvimento institucional obedece a uma relação ambivalente com o contexto social, opondo alternadamente o financiamento público e privado. Durante o período de formação e parte do período de consolidação a Furb foi gratuita. Depois, tornou-se paga até o presente. O pêndulo público-privado estabeleceu um modelo institucional ambivalente no qual o orçamento é público e o financiamento, pri-

Leo Laps

vado: público para docentes e funcionários, privado para os estudantes. No atual momento, as formas de financiamento das atividades de ensino, pesquisa e extensão não conseguem mais atender às demandas da sociedade do Vale do Itajaí que se ampliaram e diversificaram na última década.

4 – Os dilemas e perspectivas da Federalização da FURB

Uma Universidade pode ser definida como um ator-rede. Constitui-se, ao mesmo, como ator no relacionamento para fora com outros atores-rede como, por exemplo, prefeituras, ministérios, empresas, organizações sociais, etc., e rede para dentro na forma de organização institucional interna, formada por conselhos, próreitorias, centros, departamentos, cursos, etc. No processo de interação, os atores-rede operam por meio de dois processos paralelos e complementares: simplificação e justaposição de interesses. A simplificação diz respeito ao processo de redução de complexidade organizacional, enquanto que a justaposição de interesses é sobrepor o seu próprio interesse ao dos outros atores-rede. Isto faz com que as identidades dos atores-rede sejam móveis: a Furb tem significados diferentes para a PMB, UFSC e o MEC.

Considerando este processo podemos delinear quatro atores-rede principais envolvidos com a formação da rede sociotécnica da Universidade Federal do Vale do Itajaí:

1) Governo Federal – MEC: tem o interesse na expansão do ensino público federal, porém a criação da UFVI com base na federalização da Furb constitui um desvio de seus objetivos, que é implantar universidades de raiz em regiões carentes e a extensão de campus por meio do Reuni (Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, instituído em 2007 pelo governo federal);

2) PMB: tem interesse na UFVI, por meio da transferência de estudantes e cessão temporária de funcionários e patrimônio, porque a manutenção de uma universidade pública com o desenvolvimento de atividades de pesquisa, ensino e extensão representa uma bomba previdenciária de efeito retardado para o Issblu;

3) UFSC: tem interesse na federalização pela possibilidade de constituir na primeira experiência de flexibilização da política de expansão do ensino superior federal, indicando a necessidade de regionalizar a política de educação;

4) FURB: converte-se definitivamente em uma universidade pública, com a gratuidade aos estudantes, e consolida as atividades de ensino, pesquisa e extensão, ampliando a interação com a comunidade regional.

A conversão da Furb em UFVI por meio da incorporação parcial, progressiva ou completa passa pela capacidade dos atores-rede envolvidos de estabilizar uma rede sociotécnica no qual a UFVI se converta num ponto de passagem obrigatório para consecução dos objetivos de cada um dos atores-rede recrutados. Na constituição desta rede destacam-se quatro processos:

1) Problematização: o processo de chamar a atenção de outros atores-rede para a relevância da questão, o que vem sendo realizado desde 2002 pelo Comitê Pró Federalização da Furb;

2) Interessamento: o processo de formação de alianças com outros atores-rede associados. Foi estabelecido com a criação do Grupo de Trabalho formado pela PMB, a UFSC e a Furb;

3) Inscrição: a atribuição de papéis para cada ator-rede dentro da rede sociotécnica de formação da UFVI, processo que encontra-se em fase de definição;

4) Mobilização: período no qual os diversos atores-rede são associados uns aos outros por meio de seus porta vozes, neste caso a própria UFVI.

A conversão da FURB em UFVI por meio da incorporação parcial, progressiva ou completa passa pela capacidade dos atores-rede envolvidos de estabilizar uma rede sociotécnica no qual a UFVI se converta num ponto de passagem obrigatório para consecução dos objetivos

Já passamos das fases de problematização e interessamento, e nos encontramos na fase de inscrição. A definição dos papéis que cada ator-rede desempenhará na constituição da UFVI é algo que está sendo negociado. Esta negociação refere-se aos representantes de cada ator-rede no GT e quais seus papéis na estabilização da rede sociotécnica que constitui a UFVI.

5 – Cenários político-institucionais relacionados a constituição da UFVI

Considerando estes fatores institucionais e políticos é possível delinear quatro cenários possíveis, resultados – ou modelos resultantes – do Grupo de Trabalho Multinstitucional:

1) Incorporação plena: este constitui o cenário mais otimista. Pressupõe a integração do tripé estudantes-funcionários-patrimônio por meio da transferência imediata de estudantes e a cessão permanente do patrimônio e temporária dos funcionários ao governo federal. Este constitui o cenário defendido pela sociedade regional, porém apresenta alta complexidade institucional e orçamentária no curto prazo de tempo. (MODELO UFVI: FORA PARA DENTRO);

2) Incorporação progressiva: este cenário refere-se a uma proposta de incorporação gradativa por meio do qual a Furb seria progressivamente incorporada pela UFSC e, depois, desmembrada. Este modelo apresenta viabilidade orçamentária e política, porém acabaria gerando dois processos dentro da mesma instituição, com alunos, cursos integrados gratuitos e alunos e professores não integrados pagos . O desafio surgiria da definição de quais cursos e professores seriam comtemplados, o que poderia gerar disputa e divisão. (MODELO UFVI: DENTRO PARA FORA);

3) Incorporação parcial: os trabalhos do GT apontam para incorporação de apenas um conjunto restrito de cursos de demanda social. Neste caso, a Furb se torna hospederia da UFSC, que pagaria um "aluguel" pela utilização da infra-estrutura da Furb. Neste caso, a Furb permaneceria existindo e a UFVI não existiria. (MODELO UFVI: EXISTÊNCIA SIAMESA);

4) Não incorporação: cenário no qual o GT conclui que a incorporação da Furb completa, progressiva ou parcial não é viável institucionalmente, e abre a alternativa para criação de um campus da UFSC dentro do modelo Reuni. Este modelo teria uma forte rejeição na sociedade do Vale do Itajaí. (MODELO UFVI: ALIENÍGENA).

Cada um destes cenários apresenta vantagens e desvantagens em termos operacionais de formulação e implantação. Depende do alinhamento e estabilização de interesses muito diferentes. O desafio parece residir na capacidade da sociedade do Vale do Itajaí em geral e da Furb em particular de deslocar os objetivos e interesses dos demais atores-rede, fazendo com que estes se convençam de que a consecução de seus objetivos passa pela incorporação plena da Furb pela UFSC. Este processo é, ao mesmo tempo, técnico e político, na medida em que envolve a capacidade de apresentação de uma proposta inovadora e viável, mas também a capacidade de influenciar na adoção da proposta. Para isso a Furb tem que se tornar um ponto de passagem indispensável para a consecução dos objetivos do MEC/Governo Dilma, PMB e UFSC.

diversas

Assistentes sociais se mobilizam por jornada de 30 horas

O dia 30 de agosto foi de mobilização nacional pela jornada de 30 horas semanais para assistentes sociais. A lei federal 12.317/2010, que estabelece a carga horária, completou um ano de vigência e ainda é ignorada por algumas instituições públicas como o INSS e a FURB.

Em Florianópolis, as manifestações aconteceram na Assembléia Legislativa e no Conselho Regional de Serviço Social. Em Blumenau, a Câmara de Vereadores abriu espaço para as Assistentes Sociais da FURB expressarem sua situação e, dos vereadores presentes à sessão, seis deles expressaram publicamente seu apoio à causa e seu compromisso para garantir a devida isonomia entre as (os) profissionais da Universidade e também as (os) da Prefeitura, considerando que na FURB os jornalistas tem esse direito reconhecido e no município as assistentes sociais já cumprem esta carga horária há mais de dez anos.

À noite, alunas do curso de Serviço Social participaram da discussão e ficaram surpresas ao saber que a Universidade que deveria estar à frente de iniciativas não reconheceu ainda o direito das profissionais do seu quadro de pessoal.

O veneno está na mesa

Desde 2008, o Brasil se tornou o maior consumidor de agrotóxicos do mundo, movimentando cerca de 11 bilhões de reais por ano (16% do mercado mundial). Todo ano, mais de 1 bilhão de litros de agrotóxicos são utilizados na produção de alimentos no país - nem sempre com controle ou cuidado. O Relatório do Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos realizado pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) em 2010 apontou irregularidades em 30% das amostras colhidas. A gravidade maior é a utilização de substâncias agrícolas proibidas nos EUA, Comunidade Européia e Japão, como endossulfan, acefato e metamidofós.

Os agrotóxicos são um perigo para o meio ambiente, trabalhadores rurais e consumidores de alimentos. Este é o alerta realizado por Silvio Tendler em seu novo documentário, "O veneno está na mesa", disponível na íntegra no Youtube.

17º GRITO DOS EXCLUÍDOS

DIA 7 DE SETEMBRO

DIA DA INDEPENDÊNCIA (?)

QUARTA-FEIRA, a partir das 8h (concentração)

Rua Presidente John Kennedy (Rua do Teatro Carlos Gomes) - Blumenau

PELA VIDA GRITA A TERRA.
POR DIREITOS TODOS NÓS.

Fórum dos Trabalhadores de Blumenau (FTB) - Fórum dos Movimentos Sociais (FMS)

Charge do Charles

Eleições para nova diretoria do Sinsepes

A Comissão Eleitoral, composta por Samara Milene Tschoeke (Presidente), Rubens Zunino Pereira (Titular), Ricardo Correa de Souza (Titular) e Júlio César Passig Machado (Suplente), reuniu-se no dia 1º de setembro para definir o Regulamento do processo eleitoral para eleição da nova diretoria do SINSEPES.

As datas importantes do pleito são as seguintes:

05 de outubro: prazo final para inscrição de chapas
07 de outubro: divulgação das chapas e da listagem dos eleitores
20 de outubro: eleições para diretoria
01 de novembro: posse da nova Diretoria Executiva e Conselho Fiscal

O Regulamento completo com mais informações pode ser acessado em www.sinsepes.org.br

Desvela-se o véu de hipocrisia

Direitos Humanos são uma das principais bandeiras utilizadas pelas potências ocidentais para justificar intervenções militares e destituir governantes de países considerados inimigos por essas potências. Mas de tão utilizado, o argumento torna-se gasto e a criatura se volta contra seu criador: após as rebeliões em várias cidades britâncias no início do mês, e a repressão violenta patrocinada pelo governo de David Cameron, porta-vozes dos governos de Irã e Líbia (países criticados por ferir os direitos humanos de suas populações) aproveitaram a oportunidade e revelaram a hipocrisia que geralmente envolve esse assunto.

Khaled Kaim, porta-voz do Ministério de Assuntos Estrangeiros da Líbia, de Muammar Gaddafi, afirmara que as revoltas no Reino Unido demonstram que os britânicos rejeitam o governo de Cameron, e que este deveria renunciar ao cargo. Pediu ainda que o Conselho de Segurança da ONU organize uma intervenção no país para "se opor à flagrante violação dos direitos dos britânicos". Já o porta-voz do Ministério de Relações Exteriores do Irã, Ramin Mehmanparast, pediu que o Reino Unido permita a visita de uma delegação de fiscais dos direitos humanos para monitorar a situação.

Expressão Universitária é uma publicação do Sindicato dos Servidores Públicos do Ensino Superior de Blumenau.
Jornalista responsável: Leo Laps (01989JP-DRT/SC).
Projeto gráfico, diagramação e edição: Leo Laps. **Tiragem**: 3.000 cópias. **Gráfica**: Grupo Paulo Pimentel (Curitiba).
Endereço: Campus I da FURB (Rua Antônio da Veiga, 140 - Victor Konder - Blumenau - SC - CEP 89012-900
Telefone: 47 3321-0400 ou 47 3340-1477 **E-mail**: sinsepes@sinsepes.org.br.
As matérias assinadas são de responsabilidade dos seus autores.

Acesse **www.sinsepes.org.br** e confira versões anteriores em PDF.

DIRETORIA SINSEPES

Presidente: Tulio Vidor **Secretário-geral**: Joni Júlio Evaristo **1ª Secretária:** Laurete Maria Ebel Coletti
Tesoureiro: Luiz Heinzen **1° Tesoureiro**: Luiz Donizete Mafra
Diretora de Assuntos Jurídicos: Ivone Fernandes Morcilo Lixa **Diretora de Cultura**: Mariana Freitas
Diretor de Comunicação: Carlos Alberto Silva **Diretora de Formação e Saúde:** Nevoni Goretti Damo
Conselho Fiscal: Simone Wagner Rios Largura, Rita de Cassia Marqui e Décio Zendron (titulares), Rubia Carla Ribeiro e Natacha Juli Georg (suplentes)

FURB: Universidade para carros?

Por **Luiz Guilherme Augsburger**, *aluno do curso de História da Furb e autor do blog* ***pukedwords.blogspot.com*** <luizg.augs@gmail.com>

Que Blumenau é uma cidade de automóveis o índice de 1,5 blumenauenses por carro já nos mostra. Um rápido passeio pela cidade deixaria explícito que Blumenau também é uma cidade PARA carros. Pois, fora os investimentos como o corredor de ônibus e as ridículas ciclo-faixas (já apagadas e que dividem o pouco espaço do pedestre com o ciclista), boa parte da mobilidade da cidade é pensada em função dos carros. Seja pelo alargamento de umas vias, pelo asfaltamento de outras, seja pelo preço absurdo do transporte coletivo ou pelo péssimo estado de calçadas (quando elas existem): isto só nos mostra atitudes que estimulam e produzem consumo e bem-estar do veículo privado em detrimento a outras formas de transporte. Enquanto na Índia os carros param e desviam seu curso em função da vaca, animal sagrado no país, aqui os pedestres e ciclistas tem de parar e desviar o seu curso para dar vez a outro "animal sagrado", o nosso "símbolo de modernidade": o carro. Mas estas observações não são novas.

Se menos de 10% dos alunos utiliza o automóvel para vir às aulas, por que a FURB gasta tanto dinheiro em aluguel de terrenos para estacionamentos e investe pouquíssimo em espaços para bicicletas, pedestres e usuários de ônibus?

A pergunta talvez seja: E a Furb, nossa "Universidade Regional", como se porta nesta situação? Como age esta instituição da "comunidade", que se diz "produtora de mentes preocupadas com o amanhã"?

Bem, o que se vê na Furb é no mínimo uma série de descasos e despreocupação com os espaços de sociabilidade, com preocupação social e com o grande volume de alunos que utilizam meios de transportes que não o carro. Ora, se assim não é... Por que a Furb gasta tanto dinheiro em aluguel de terrenos para estacionamentos e investe pouquíssimo em espaços para bicicletas, pedestres e usuários de ônibus, se menos de 10% dos alunos utiliza o automóvel privado para frequentar a universidade?

Além do mais, não é só uma questão de maioria, está mais do que óbvio que o carro particular não é um meio de transporte viável e acessível em grandes quantidades. Seu custo social é alto. Seu barulho é ensurdecedor, sua poluição intoxicante. Sem contar nas guerras ligadas à necessidade virulenta ligada aos carros (a conquista imperialista pelo petróleo e a violência cotidiana que eufemisticamente denomina-se "acidentes de trânsito"). E quem paga o preço disto tudo? Claro que não são somente os usuários dos veículos, somos todos nós. Pagamos em forma de impostos, de perda de saúde e melhores condições de vida, etc.

Para beneficiar estes carros é que a Furb teve de devastar e comprar os terrenos nos arredores. Não foi para criar espaços onde os estudantes pudessem conversar, se conhecer, sentar, debater, produzir saberes e se expressar, com bancos, gramados, mesas e árvores, assim como se vê em outras universidades. Enfim, locais destinados à convivência de gente, e não depósitos de máquinas. Apesar dos automóveis ocuparem boa parte do espaço disponível, a maioria dos alunos vem para a universidade de ônibus, bicicleta ou a pé. Por que não temos medidas contundentes e efetivas na produção de espaços para outras formas de locomoção e locais de interação?

Enquanto se fala em produção da vida, em melhores índices de desenvolvimento, em sustentabilidade, o que efetivamente faz nossa universidade? Por que a Furb parece seguir e promover uma lógica tão nitidamente "suicida"? Por que não investir em pesquisas e projetos de mobilidade urbana? Não é este, também, o papel de uma universidade?

A cidade é um espaço do coletivo, de vivências e experiências, não para apropriação dos espaços de formas privadas. E que outro lugar mais apropriado para se pensar e agir diferente do que a Universidade?

A questão aqui não é fazer uma ode anti-carros e sim uma reflexão em favor de múltiplas formas de transporte, em formas outras, formas mais viáveis, mais saudáveis, menos estressantes, poluentes, destrutivas e assassinas. Em uma sociedade de fluxos intensos, de que forma a Furb, como qualquer universidade, está ligada a esta reflexão sobre a vida? Qual a preocupação da universidade com as condições de trabalho, saúde, lazer e a mobilidade dos indivíduos nestes espaços? De que forma estas instituições tem função de se preocupar em pensar sobre nós, seres humanos, e sobre nosso modo de vida.

O que se quer ao fim? Um céu chapado de cinza. E um chão chapado de cinza. E um cinza chapado sem chão nem céu. É isto?

SEM SAÍDA © Andy Singer

Ilha do Tráfego
(Blumenau, Santa Catarina)

Urbanidade perdida

Por **Wilberto Boos**, *secretário executivo da Associação Blumenauense Pró Ciclovias, ciclista e pedestre* <wboos@ig.com.br>

Blumenau, que foi referência no Brasil pela elaboração de um Projeto Cicloviário, caminha a passos largos para o atraso. As ruas são somente para carros e o poder público absteve-se da obrigação do controle da velocidade. Hoje, veículos motorizados estacionam em qualquer espaço disponível. Calçadas e ciclofaixas viraram estacionamento e ponto final. Com o afastamento das pessoas das ruas, abre-se espaço para a marginalidade agir. E com a comemoração do Dia Mundial Na Cidade Sem Meu Carro em Blumenau (dia 22 de setembro) reduzida a uma praça, nada temos a comemorar.

E isto diante do completo desmantelamento de grande parte das ciclofaixas e calçadas. Desprotegidas, reduzidas a um espaço inútil e esburacadas, com graves imperfeições, perceptíveis somente pelos que caminham ou pedalam. Só resta-nos aguardar que algum dia, quem sabe, surjam planejadores que de fato pensem em obras menores e baratas, mas de grande alcance social e democrático.

É com muita tristeza que lanço este desabafo. Após 15 anos de trabalho voluntário, vejo o Projeto Cicloviário de Blumenau deformado. Pior, o que é feito não obedece critérios técnicos ou práticos. Ou seja, é projetado, executado e fiscalizado por quem não pedala e nem caminha pela cidade. O resultado, nós, ciclistas e pedestres, conhecemos muito bem.

Pelas circunstâncias atuais, nós da Associação Blumenauense pró-Ciclovias abdicamos inclusive da participação no desfile de aniversário de Blumenau. Porém, faremos a nossa programação pelo carinho que temos pela cidade onde nascemos e moramos. Ao contrário daqueles de passagem que por aqui aterrissam para usurpar de créditos políticos.

Uma cidade somente será atrativa turisticamente quando seus habitantes sentirem-se prestigiados e livres para caminhar e pedalar. As ruas nada mais são do que a continuidade dos nossos quintais.

Minhas cordiais saudações cicloviárias, sempre. Por uma cidade mais feliz. *(Publicado dia 1º de setembro de 2011 na sessão de artigos do jornal de Santa Catarina)*

Pelo que lutam o Sinsepes e o Comitê Pró Federalização da Furb – Sinsepes responde:

Em poucas palavras, qual a defesa do Comitê Pró-Federalização e do Sinsepes?

No acúmulo de quase uma década de trabalho e movimentação social, o Comitê Pró-Federalização, integrado pelos diversos setores da sociedade, construiu proposições e argumentações bastante sólidas e amplamente discutidas e referendadas. Em síntese, a defesa é pela constituição de uma universidade federal em Blumenau, tendo a totalidade da Furb como embrião, respeitando a Incorporação da estrutura física da Universidade, dos seus atuais estudantes e a cessão dos seus servidores para trabalhar na instituição federal, permanecendo no quadro municipal e remunerados pela União.

Como ficaria a situação dos funcionários?

Para ingressar na carreira federal é necessário prestar concurso público especifico. A proposição sustentada pelo Sinsepes e pelo Comitê Pró-Federalização da Furb utiliza o mecanismo da cedência entre os poderes públicos (municipal e federal). Neste caso, os trabalhadores da Furb (servidores públicos municipais) permaneceriam vinculados à carreira municipal e contribuindo para o instituto previdenciário municipal (Issblu), seriam cedidos para desempenhar suas atividades na universidade federal e sua remuneração caberia à União. Toda nova vaga ocupada o seria através de concurso público federal e os cargos municipais teriam caráter de extinção (quando da aposentadoria ou desocupação pelos atuais servidores).

Se for confirmada a incorporação, quando ela começará?

No caso de incorporação, a definição de calendário (ou integração imediata) será proposta pela comissão e avaliada pelo MEC. Depende de fatores como a disposição das instituições, um modelo que atenda às demandas específicas (delas e da sociedade), além da disponibilidade de recursos provenientes do Orçamento federal.

Será preciso começar do zero o diagnóstico institucional ou o que já foi feito pode ser aproveitado?

Todo o acúmulo do trabalho desenvolvido pelo Comitê Pró-Federalização pode e deve ser aproveitado. As teses debatidas com a comunidade, as discussões do Projeto de Lei que tramita no Congresso Nacional e os estudos técnicos desenvolvidos (inclusive em conjunto com a UFSC) são fundamentais não só para sustentar as discussões, mas como indicação das saídas para os principais problemas através da proposta amparada pelo Comitê, construída de forma bastante sólida.

Se os servidores forem cedidos por quanto tempo esta cessão se dará?

Conforme nossa proposta, utiliza-se o mecanismo da Cessão Temporária, sendo o entendimento do termo "temporária" de fácil compreensão. Não sustentamos uma "cessão permanente" porque o ingresso na Carreira Pública Federal depende de aprovação em concurso público federal. No entanto, os atuais servidores podem ser cedidos pela porção de tempo necessária até suas aposentadorias. Conforme a proposta, não sendo integrados à carreira federal, os servidores permanecem contribuintes do instituto municipal e integrando a carreira municipal, assim a cessão se encerra quando da aposentadoria dos servidores e estes se aposentam como servidores do Município. Durante o período em que estão cedidos, as custas (salariais e previdenciárias) competem à União.

Já está garantida a incorporação da FURB pela UFSC?

Não. O Ministério da Educação (MEC) solicitou a formação de uma comissão responsável pela proposição, em até 30 dias do anúncio (12 de agosto), de modelo institucional para implantação da Universidade Federal em Blumenau. Esta comissão deve ser formada pela UFSC, Furb e Prefeitura de Blumenau. Sinsepes e Comitê Pró-Federalização da Furb solicitaram ao Reitor João Natel participação na comissão. Esta solicitação até o momento não foi atendida. Caberá à comissão propor o modelo, seja através de incorporação da Furb pela UFSC, criação de uma terceira universidade ou alguma alternativa proposta.

Como ficariam os alunos e cursos?

A proposta sustentada pelo Comitê Pró- Federalização e pelo Sinsepes prevê a incorporação dos atuais cursos e seus alunos pela universidade federal. Este processo (amparado pelo devido regulamento legal) garantiria a vaga dos atuais estudantes e possibilitaria a oferta imediata de milhares de vagas, atualmente ociosas, imediatamente gratuitas para todos. Porém, a defesa da proposição e o amparo a demonstrar dependem da participação efetiva do Comitê e do Sinsepes na comissão de trabalho, pois esta é que fará a efetiva proposta ao MEC.

Seria concebida uma terceira universidade?

Este é o objetivo da luta histórica do Comitê Pró-Federalização da Furb, a constituição do que hoje seria a terceira universidade federal em Santa Catarina, com caráter autônomo, e implantada através da Furb. Assim, incorporando a estrutura física atual da universidade, seus estudantes e agregando os trabalhadores cedidos pelo Município, a Furb seria o embrião de uma instituição a se tornar multicampi e ampliar a cobertura territorial das suas atividades.

Haveria gestão compartilhada?

A relação administrativa de uma possível parceria entre Furb e UFSC dependem dos trabalhos da comissão e do modelo institucional apresentado, sem desconsiderar a necessidade de aprovação do processo pelo Ministério da Educação.

Porque acreditar e dar força neste projeto que o Comitê e o SINSEPES defendem?

Por várias razões, entre estas por ser o projeto que reflete o acúmulo de dez anos de trabalho e inclusão da comunidade regional nas discussões. As propostas que defendemos representam a união dos anseios da comunidade em termos de financiamento, participação nos rumos da instituição, do desenvolvimento social e a construção de uma instituição pública que possa focar seus esforços no desenvolvimento cidadão do Vale do Itajaí, e não em sua sobrevivência financeira. Ademais, é a proposta que contém a saída para os principais entraves apresentados neste processo tão complexo, apontando uma forte universidade federal autônoma, onde a trajetória da Furb seja valorizada e, principalmente, constitui-se na única proposição que não exclui da nova instituição os seres humanos que constituem a Furb, sejam estudantes ou trabalhadores da instituição. Por estas razões deve-se, não só apoiar a proposta, mas que o Comitê Pró-Federalização e o Sinsepes a representem em todas as instâncias de discussão.